



Migrações de Cabo Verde para a América no Início do Século XX: Notas sobre uma Trajetória Migratória

Cape Verdean Migrations to America in the Early Twentieth Century: Notes on a Migratory Trajectory

Raquel Games Monteiro

Mestre em História Social, Universidade Federal Fluminense

Marina Annie Martine Berthet Ribeiro

Professora Doutora, Universidade Federal Fluminense

Resumo: Em 1890, houve no Brasil a lei de regularização de imigrantes que estabelecia restrições à entrada de nativos africanos e asiáticos. Contudo, no início do século XX, cabo-verdianos migraram para o Brasil em um contexto no qual Cabo Verde ainda se encontrava sob domínio colonial português. O presente artigo visa discutir aspectos da inserção de indivíduos negros oriundos de Cabo Verde na sociedade brasileira pós-abolição, tendo como ponto de partida a história e a trajetória do cabo-verdiano João Júlio Monteiro. Como principais fontes, foram utilizadas as cartas de familiares.

Palavras-chave: imigração; africanos; história; descendentes.

Abstract: In 1890, Brazil enacted an immigration regularization law that imposed restrictions on the entry of African and Asian natives. However, in the early twentieth century, Cape Verdeans migrated to Brazil in a context in which Cape Verde was still under Portuguese colonial rule. This article aims to discuss aspects of the integration of Black individuals from Cape Verde into post-abolition Brazilian society, taking as its starting point the history and trajectory of the Cape Verdean João Júlio Monteiro. The main sources used were letters written by family members.

Keywords: immigration; Africans; history; descendants.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresentará algumas discussões desenvolvidas durante a fase inicial da investigação realizada no Mestrado em História da UFF, que posteriormente contribuíram para a construção da dissertação. A proposta será tratar as migrações do início do século XX, tendo como foco o período de 1910 a 1930, no qual o autor Antônio Carreira aponta que foram realizadas para América do Sul, aproximadamente, 1.968 migrações espontâneas de cabo-verdianos (Carreira, 1983), estabelecendo relações com a Lei de regularização de imigrantes, que estabelecia restrições à entrada de indivíduos classificados como “indígenas” africanos e asiáticos no Brasil.

O objetivo deste estudo é analisar aspectos iniciais das trajetórias daqueles que emigraram da Ilha de Santo Antão para o Brasil e suas relações com a América. Procurando compreender as motivações e causas, e as estruturas sociais que os fizeram buscar outro lugar para viver, através do debate historiográfico que será

apresentado no presente artigo. Tendo como o caso específico de João Júlio Monteiro, avô paterno de quem vos escreve, em que serão utilizados como fontes os relatos de cartas escritas por parentes cabo-verdianos do período de 1927 e 1931, além de depoimentos de familiares e residentes no Brasil.

Esse artigo é construído como uma resposta à necessidade de se discutir sobre migrações, e principalmente migrações africanas e seus desdobramentos para evidenciar o quanto de África tem na América, e em todos os continentes. Este trabalho, além de levantar esta problemática, oferece também um enriquecido quadro de referências de autores africanos e brasileiros, além da análise da lei do decreto de número 528 de 28 de junho de 1890, pontuando o cenário em que ela foi desenvolvida e suas relações com o movimento migratório.

Portanto, julgo esse tema como de extrema relevância porque através dele poderá ser sinalizada a participação e relevância de negros africanos diretamente na construção histórica, consequentemente, em aspectos socioculturais de onde esses migrantes se instalaram. Desta forma, o estudo sobre João Júlio poderá contribuir para reflexões futuras sobre as heranças culturais presentes nas relações humanas, evidenciando seu protagonismo enquanto sujeito de sua própria história. Serão apresentados, neste artigo, alguns aspectos da trajetória de João Júlio que, mesmo constituindo um percurso individual, poderão contribuir para a compreensão das trajetórias de outros indivíduos.

DEBATE HISTORIOGRÁFICO

Pesquisar Cabo Verde é estudar, até mesmo involuntariamente, o movimento de migrações. Esta se tornou um objeto estrutural da sociedade cabo-verdiana. O final do século XIX e início do XX tiveram grandes movimentações, e através delas podem ser realizadas novas observações acerca das motivações dos emigrantes.

O primeiro critério para a seleção de autores a serem trabalhados neste debate historiográfico foi o de que esta pesquisa procura se basear na discussão interna sobre Cabo Verde, tendo em vista que se trata de uma discussão antiga na historiografia. Por isso, autores como António Carreira e Elisa Andrade são muito relevantes para o primeiro momento, pois situam acerca da história factual e norteiam o ponto de partida para discussões mais densas e profundas sobre Cabo Verde.

O segundo critério para a seleção dos autores a serem utilizados foi ampliar essa discussão sobre Cabo Verde, relacionando-a ao cenário internacional e ao campo teórico das migrações. Para isso, a temática baseou-se em autores como Jorgen Carling, Marina Berthet e Keith Breckenridge. Existem outros que também possuem importância para embasar esta pesquisa como Appadurai que trata das circulações de migrantes, Carla Semedo, Rui Cidra, Augusto Nascimento, Martha Erdal, mas não serão desenvolvidos neste trabalho. Além de outros que não foram citados neste texto, pois tornaria o artigo muito extenso.

Além da temática das migrações, torna-se relevante e pertinente trazer a perspectiva da micro-história, porque esta abordagem de pesquisa procura estabelecer o diálogo, conexões e trajeto de um indivíduo e a circulação dos migrantes. Devido a isso, como respaldo teórico para a abordagem da micro-história, será utilizado o historiador Carlo Ginzburg, no capítulo “Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito” de seu livro “O fio e os rastros” o autor fornece base teórica para o desenvolvimento do trabalho que observa pequenas características e seus impactos no todo. Pois, o olhar aproximado nos ajuda a perceber o que escapa na visão do conjunto. O micro contribui para o macro, e vice-versa. Entretanto, não se pode transferir diretamente uma análise da micro-história para a macro história, porque existe o risco das generalizações devido a exceções, e casos particulares. É uma análise, fundamentalmente, heterogênea. Na micro-história, encontra-se respaldo para não ignorar pistas fragmentadas e distorcidas de um acontecimento, ela aceita os limites do documento assim como a da memória, pois apenas através de depoimentos não é possível construir um retrato perfeito, mas produz a análise, investigação, e a possibilidade de tentar construir e traçar os objetos dessas lacunas do conhecimento humano, no âmbito narrativo.

Antônio Carreira (1905 - 1988) possui diversas obras sobre Cabo Verde, e vasto conhecimento acerca dos estudos deste assunto, essa foi a especialização da vida do autor. As obras mais utilizadas nesta pesquisa foram “Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)” e “Migrações nas ilhas de Cabo Verde”. Na primeira, de 1977, é a obra que Carreira mais aborda os aspectos sociais da Ilha de Cabo Verde, evidenciando as crises sociais e econômicas detalhadamente, o material é repleto de dados demográficos, fontes iconográficas e informações sobre a estrutura e organização cabo-verdiana e seus enfrentamentos, na primeira metade do século XX. Além de tentar traçar brevemente causas e consequências das migrações. Já na segunda, a obra de 1983, o foco do autor são as migrações, também no século XX. Ele as classifica e cria categorias baseada em dados estatísticos e fontes documentais, mapas, além de registros da legislação, jornais e revistas periódicas, e dados demográficos. Nela também o autor aborda conceitos como o da migração forçada versus migração espontânea. Entendendo-se a espontânea como uma corrente migratória que realmente é livre e que o indivíduo toma iniciativa particularmente, sem impedimentos. Já a forçada está atribuída às condições que obrigam o deslocamento do indivíduo, ou do coletivo, e que pode haver próprio incentivo do governo para benefício próprio, por exemplo, através de regulamentos, como o de recrutamento de serviços, de emigração, entre outros. A historiadora e economista cabo-verdiana Elisa Silva Andrade, em sua obra “As ilhas de Cabo Verde: da ‘descoberta’ à independência nacional”, retrata um longo período da história de Cabo Verde, desde sua formação colonial até a independência. O capítulo do livro que mais foi utilizado no presente trabalho foi “Constituição do capitalismo dependente”, em específico o tópico que aborda as emigrações. A autora possui a abordagem que tende ao viés marxista/estruturalista, em que procura traçar as causas e efeitos das migrações baseadas nas relações dos meios de produção, observando a hierarquia social e as relações de poder em torno disso. De forma que, a partir dessa análise, segundo a autora, pode-se traçar o percurso

de amadurecimento de um capitalismo na localidade de Cabo Verde, porque após a independência do Brasil, Portugal procurou investir o capital acumulado com o tráfico negreiro, nos produtos a serem exportados. Esta autora, porém, já adota o conceito desenvolvido por António Carreira sobre as classificações de emigrações, utilizando outras terminologias, ao invés de apenas emigração espontânea, ela acrescenta a nomenclatura livre e voluntária. E por fim, procura também traçar os impactos das migrações no próprio solo cabo-verdiano, tendo como base sua análise marxista da estatística sociodemográfica.

O autor Jorgen Carling, publicou o artigo sobre migrações involuntárias e imobilização nas experiências de Cabo Verde, lê-se “Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences” para a Revista de estudos étnicos e migrações. Este trabalho de Carling, é fundamental porque situa em relação às novas análises em torno das motivações e compreensão do “por que migraram?”, só que de uma forma ampla, o autor analisa Cabo Verde, mas não de forma isolada do mundo. Neste artigo, Carling problematiza as questões já formuladas acerca das migrações, abrangendo o papel de políticas incorporadas e barreiras formadas em torno do migrante. Em sua problematização, Carling aborda o modelo de migração, observando o desejo e a realização de migrar. Através disso, o autor procura explicar fenômenos da migração contemporânea, pontuando características dos fluxos migratórios, e dos que não migraram, mas que permaneceram em sua terra. O autor destaca a necessidade de uma teoria da migração para compreender esses fenômenos e, dessa forma, distingue em sua análise a aspiração por migrar e a capacidade de fazê-lo (Carling, 2002, p. 8-9). Pensando ainda em autores que apresentam um panorama importante para o entendimento das políticas de migrações de forma ampla, é a antropóloga Marina Berthet em seu trabalho “Emigração caboverdiana em São Tomé e Príncipe (1940 – 1970): uma apropriação do tempo e dos espaços.”, embora o período histórico não seja semelhante ao do presente tema, os estudos da professora contribuíram devido ao debate historiográfico enriquecedor no que tange a teoria da migração. A autora trata as migrações não apenas como induzida, forçada, ou apenas como um fator de pressão utilizada pelo estado colonial, mas destaca que essas migrações fazem parte da base da identidade caboverdiana. A partir disso, levanta o questionamento sobre o sentido que os migrantes dão aos seus espaços, tendo em vista as novas perspectivas de pesquisa acerca das relações sociais e diversas transformações nas análises. Para a autora, estudar migrações significa “reconfigurar os espaços a partir da sua apropriação feita pelos emigrantes é uma possibilidade de entender o mundo a partir de suas próprias referências.” (Berthet, 2011, p. 5) Essa abordagem se encaixa perfeitamente com a temática pretendida neste artigo, devido a preocupação em compreender o espaço-tempo na ótica do indivíduo, sob essas novas análises. Outra pesquisa a ser destacada que contribuiu diretamente com a proposta deste tema é a de Keith Breckenridge. Este autor não apenas trata a respeito das relações da migração, mas faz uma abordagem a partir da análise de fonte de cartas. Em seu artigo “Love Letters and Amanuenses: Beginning the cultural history of the working class private sphere in southern Africa, 1900-1933.”, Breckenridge trata elementos como o significado do uso das cartas, a densidade e

análise de suas mensagens e até mesmo demonstração de afetos por meio delas, além de outros tipos de conteúdos e autorias. Para o autor, as correspondências desempenhavam um papel importante na constituição da esfera privada da vida dos migrantes. Portanto, o trabalho de Breckenridge tem grande importância, pois ajuda a compreender e a buscar uma perspectiva sobre o uso das cartas como fontes, fornecendo ferramentas para a análise do estudo das migrações (Breckenridge, 2000, p. 338).

Sabendo-se então da existência do debate historiográfico interno sobre Cabo Verde, os principais nomes em torno desta discussão, como já fora citado, é o do historiador António Carreira e da historiadora cabo-verdiana Elisa Andrade. O primeiro, em seus estudos sobre a sociedade cabo-verdiana, acrescenta conceitos para análise e pesquisa das migrações. Após longos estudos, e baseado nos registros históricos da legislação e dados sociodemográficos de Cabo Verde, o autor determina duas classificações para as migrações: forçadas ou espontâneas, levando em consideração as que também eram clandestinas. Dependendo do período, as motivações da mudança variaram, assim como a aspiração por determinada localidade. Desde as primeiras migrações foram feitas as movimentações tanto para própria África (Guiné Bissau, “inter-ilhas”, Moçambique, Angola, etc.), como também para a América, sendo Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, mas principalmente os Estados Unidos o lugar de destino. Carreira também apresenta aspectos sociais que tenham contribuído para as causas das migrações, sua principal argumentação quanto às motivações dos cabo-verdianos em deixarem sua terra natal e migrarem para uma nova, está atrelada à sobrevivência, devido às secas e as fomes, e à “pobreza natural da ilha”, que acarretam em altos índices de mortalidade, além dos efeitos psicológicos e socioeconômicos, como atendimento médico, alimentos, água, entre outros. Essas ficaram em evidência para o autor, principalmente na primeira metade do século XX. Desta forma surgiam oportunidades em outros países, como nos Estados Unidos, que em determinado momento buscaram a contratação de baleeiros cabo-verdianos, ou estes até mesmo migravam sem nenhuma contratação à vista. A segunda contribuição no debate historiográfico interno para a análise das causas das migrações, é a da historiadora Elisa Andrade em seu livro “As ilhas de Cabo Verde: da ‘descoberta’ à independência nacional”, nesta obra, a autora acrescenta outra motivação para as migrações: a questão da terra e as relações de produção. Para a autora, a abolição é um marco para a história das migrações de Cabo Verde, porque acarreta mudanças nas motivações das migrações. Andrade atribui a causa das migrações, em sua profundidade, à apropriação da terra e suas relações de produção.

Cabo Verde possuía sua formação estrutural no meio rural, entretanto, grande parte da terra ficava sob dominação de uma minoria. Antes da abolição, as motivações dos emigrantes (população livre ou alforriados), era de regressarem ao país buscando meios de sobreviver através do acesso à terra, e desta forma ascender socialmente. Já após a abolição, com uma grande população se tornando livre, sendo esta massa formada por camponeses e artesãos, e Cabo Verde não ter passado por um processo de industrialização, coloca-se a questão do fornecimento

de vínculos empregatícios.

Apesar da discussão supracitada apresentada por Carreira e Elisa em seus trabalhos, de acordo com estudos mais recentes, a partir dos anos 2000, tem surgido outra abordagem acerca da análise sobre as migrações. Na tentativa em conectar o debate interno das migrações a uma discussão mais ampla relacionando seus processos históricos e impactos no mundo em geral, principalmente, para esta pesquisa, as relações entre América, Portugal e Cabo Verde, alguns autores têm se desvinculado da visão engessada, se distanciando de uma análise de migrações resultantes da diáspora africana, e do conceito que fora historicamente vinculado entre migração, memória e trauma. Esta abordagem contribui porque analisa as migrações a partir do discurso político construído, pois embora haja as motivações dos emigrantes, também existe a reapropriação do fato histórico. Os autores Marie Rodet e Christoph Reinprecht, no texto “*Mémoires et migrations en Afrique de l'Ouest et en France*”, destacam essa problemática e apresentam possíveis respostas para os objetivos e abordagens em torno dessa outra metodologia estarem mudando: “Isso está, sem dúvida, também relacionado à crescente possibilidade oferecida a um público mais amplo de se reapropriar do fato histórico, possibilidade incentivada, em particular, pelo surgimento da história ‘vista de baixo’ e pelo desenvolvimento da história social, da história oral e da micro-história [...]” (Rodet; Reinprecht, 2013, p. 7, tradução nossa).

Um aspecto que evidencia a necessidade de ampliar esse debate pode ser observado no caso da Argentina, onde o passado africano foi, durante muito tempo, ocultado ou mesmo negado, de acordo com Régis Minvielle, em seu artigo “*Africains et Afro-descendants à Buenos Aires: un cosmopolitisme noir en quête d’affirmation*”, principalmente a partir da década de 1990 diferentes grupos, entre eles a população negra argentina, passaram a reivindicar maior visibilidade e reconhecimento de sua presença histórica no país (Minvielle, 2014). A Argentina foi palco de migrações de negros africanos e o porto de Buenos Aires era onde ancoravam os marinheiros cabo-verdianos. Entretanto, este debate ainda encontra pouco espaço no cenário brasileiro, apesar da extensa bibliografia existir sobre escravidão e migrações europeias, existem lacunas sobre a migração de africanos no recorte do final do século XIX e início do XX.

FONTES SOBRE JOÃO JÚLIO

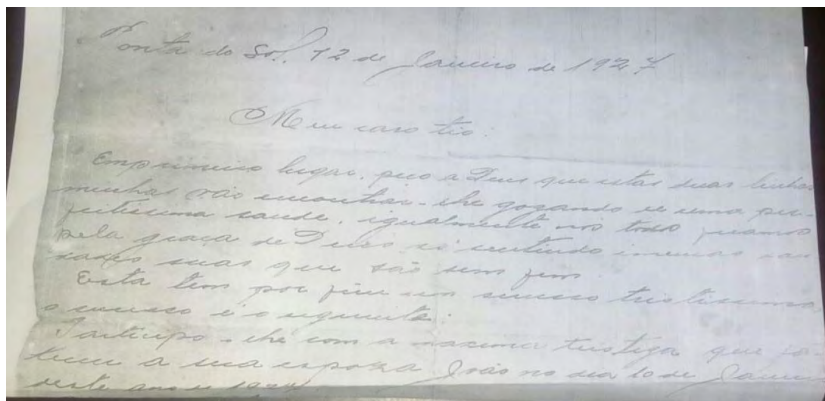
João Júlio Monteiro, meu avô, homem preto, analfabeto, nascido em 11 de dezembro de 1898, filho de Júlia Rosa Monteiro, chegou ao Brasil em 1921 aos 23 anos, desembarcou com documentação e passaporte. Seu falecimento foi aos 75 anos, em 1973, antes de ver Cabo Verde independente. Em sua terra natal, aos 16 anos, ingressou na marinha e participou da primeira guerra mundial como militar. Casou-se com Joana ainda em Cabo Verde, e foi pai de Venâncio, entretanto, em sua primeira vinda, sua primeira família migrou de volta para a terra natal, não permanecendo no Brasil. João, porém, sem condições financeiras para retornar, permaneceu em terras brasileiras e não pôde ver o filho crescer. Durante sua

estadia no Brasil, casou-se mais duas vezes, mas foi no terceiro casamento com Eduvirges Monteiro – minha avó – que permaneceu em matrimônio durante maior parte da vida, com a qual teve nove filhos.

Essa breve história sobre João pode ser reconstruída a partir das cartas que recebia de Cabo Verde, preservadas por sua família. Neste artigo, esses documentos são apresentados como fontes que permitem identificar alguns aspectos de sua trajetória e das relações mantidas com seus familiares após sua migração para o Brasil. Embora não seja realizada, neste trabalho, uma análise aprofundada das correspondências, sua apresentação contribui para evidenciar os registros preservados sobre a experiência migratória de João Júlio e as possibilidades de investigação suscitadas por essa documentação. Sua trajetória, ainda que individual, permite levantar questões sobre memória, migração e as experiências de sujeitos que, muitas vezes, permaneceram pouco visíveis nos registros históricos.

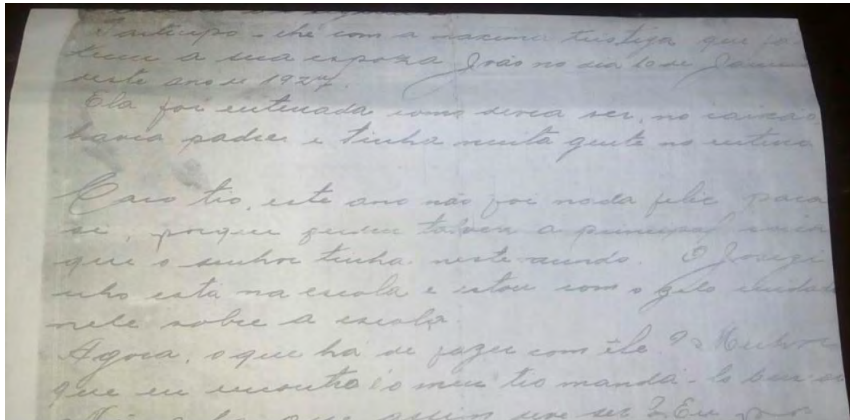
Para isto, as fontes utilizadas para compreender a questão das narrativas de memórias afetivas foram as cartas enviadas a João Júlio Monteiro quando estava no Brasil, pela família que permaneceu em Cabo Verde. Há cartas que foram escritas com a assinatura do sobrinho e da mãe de João. São datadas do ano de 1927 (Janeiro, Março e Maio) e 1931 (Junho). Foram disponibilizadas pelos parentes para o uso da pesquisa. As cartas integram o acervo familiar da autora e foram preservadas pelos descendentes de João Júlio Monteiro. Em alguns trechos, foi necessária a realização de uma leitura paleográfica para melhor entendimento. Como pode ser observado na apresentação das imagens abaixo:

Figura 1 – Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 12 jan. 1927.



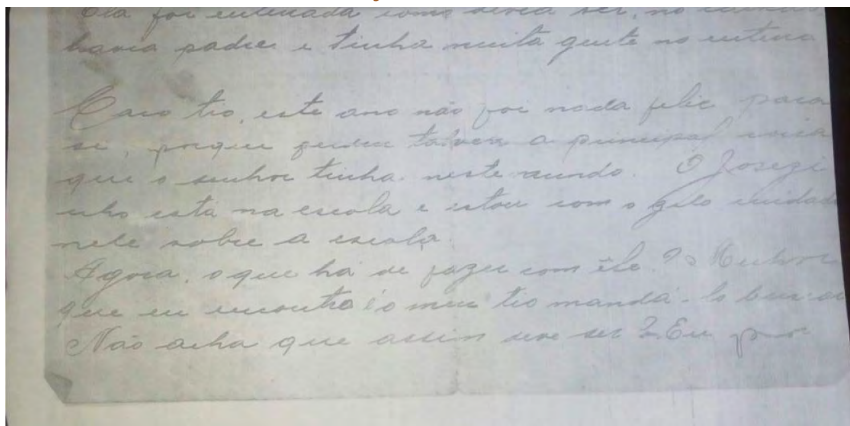
Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 2 – Continuação da Carta de Libâneo Monteiro a João Júlio Monteiro, 12 jan. 1927.



Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 3 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 12 jan. 1927.



Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 4 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 12 jan. 1927.

muita parte entendendo que assim fica melhor
 Recomendando que traga essa gente que indica
 Não chegue em papel de luto para que não entenda
 ter-se
 Que mais acumulou e agora sente que não
 acho a amigos que sente se por isso os meus pe
 gados
 Euclides Libâneo Monteiro

Fonte: Acervo familiar da autora.

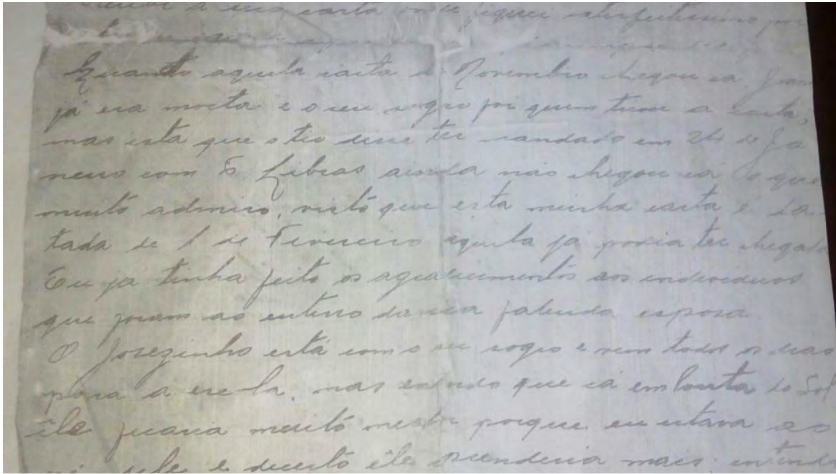
A carta acima é do dia 12 de Janeiro de 1927, destinada a João Júlio Monteiro que estava no Brasil, enviada por Libâneo Monteiro seu sobrinho, que escrevera de Ponta do Sol (vila que se encontra na Ilha de Santo Antão). Na carta, Libâneo comunica o falecimento da esposa de João, senhora Joana Monteiro, que havia permanecido na Ilha com o filho pequeno, segundo o relato, ela morreu no dia 10 de janeiro do mesmo ano (1927). Nesta carta, o sobrinho questiona o que irá ser feito com “josesinho”, sugerindo a João para que alguém o fosse buscar, entende-se que o mesmo se referia ao filho de João. Libâneo Monteiro dá relatos de como a criança está e diz que o menino tem ido à escola.

Figura 5 – Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 28 Mar. 1927.

Carta do Sr. João Monteiro
 28 de Março de 1927
 Euclides Libâneo Monteiro
 Que esteja passando bem e saúde e o meu ardente
 desejo de ver-lo. Mas por as coisas não saírem
 sentindo muitas saudades e com a família e a
 uma boa vida pacífica!
 Recebi a sua carta e fiquei muito satisfeito por
 saber que estava bem e saudável. E agora saí
 quanto a esta carta e com ela chegou a João

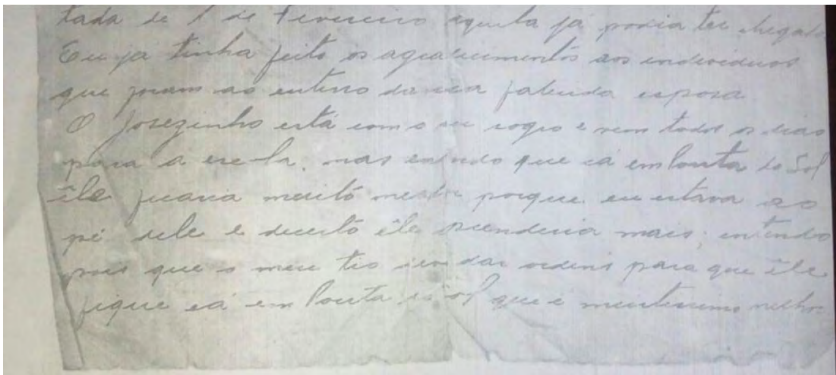
Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 6 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 28 Mar. 1927.



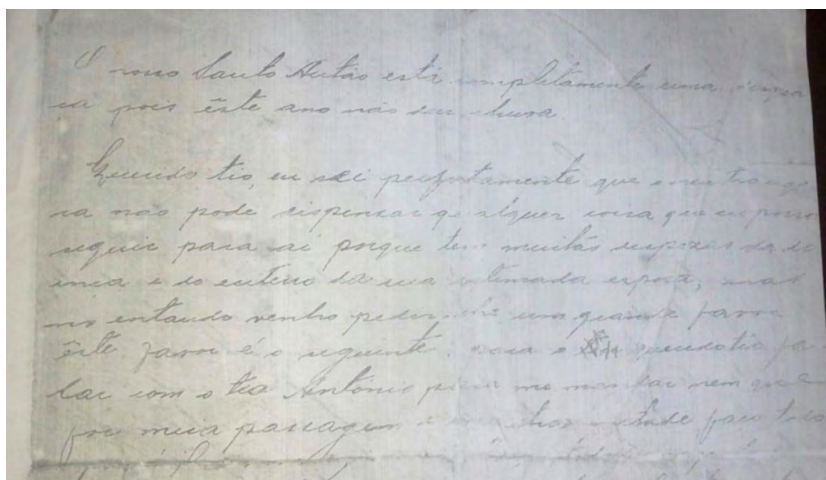
Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 7 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 28 Mar. 1927.



Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 8 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 28 Mar. 1927.

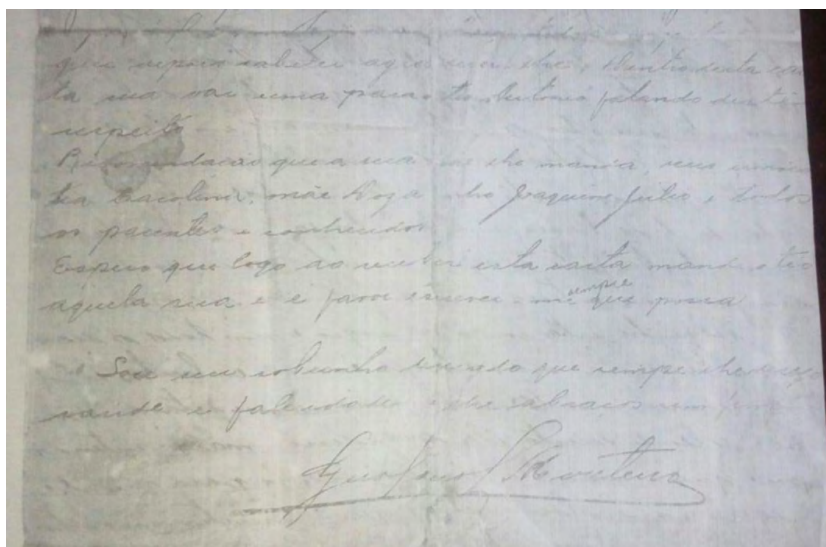


O meu Santo António está completamente curado, depois de ter tido este ano não sei se curou.

Quando tio, eu sei perfeitamente que a tua mãe não pode dispensar de alguma coisa que eu possa seguir para aí porque tem muitas suspeitas da doença e se sentiu a tua mãe a temada exposta, mas não estando nembo pedindo de uma grande parte. Este favor é o seguinte: para a tua mãe e para a tua mãe com o teu António para me mostrar sem que foi muita passagem e muitas coisas e não sei se foi muito.

Fonte: Acervo familiar da autora.

Figura 9 – Continuação da Carta de Libâneo a João Júlio Monteiro, 28 Mar. 1927.



Quando tio, eu sei perfeitamente que a tua mãe não pode dispensar de alguma coisa que eu possa seguir para aí porque tem muitas suspeitas da doença e se sentiu a tua mãe a temada exposta, mas não estando nembo pedindo de uma grande parte. Este favor é o seguinte: para a tua mãe e para a tua mãe com o teu António para me mostrar sem que foi muita passagem e muitas coisas e não sei se foi muito.

Seu amoroso irmão Libâneo

Fonte: Acervo familiar da autora.

A carta acima é de 28 de Março de 1927, mais uma vez carta de Libâneo Monteiro, a João Júlio, das mesmas localidades. Nesta carta, o sobrinho acusa que recebeu uma carta anterior enviada por João, e diz que Joana já havia morrido quando a carta chegou.

ANÁLISE DA LEI

Neste tópico abordaremos uma breve análise do decreto Nº 528 de 28 de junho de 1890, elaborada por Francisco Glicerio de Sousa Leite Ministro da Agricultura, sob a gestão de Manoel Deodoro da Fonseca, colocando em destaque os principais pontos para contribuir com este trabalho¹. Para entender com mais nitidez os objetivos dessa lei, é necessário compreender o cenário de fundo em que a mesma foi decretada. O contexto histórico da década de 90 do século XIX no Brasil se trata de um período pós-abolição da escravidão, esta ocorrida em 1888, além de já estarmos falando do Brasil Republicano influenciado pelas relações internacionais europeias que vivia o contexto da *Bélle Époque*, isso quer dizer, o período em que se procurava construir uma identidade estética moderna, tendo a Europa como referência.

O Decreto, na verdade, tratava da política de incentivo à migração para desenvolvimento da nação, entretanto, destinava-se para grupos específicos. O trecho do anexo “exposição do motivo”, deixa nítido para quem se destinava as políticas migratórias e com quais fins eram realizadas “Uma das mais palpitantes necessidades, a que convem atender, para fomentar a expansão das forças productoras da Republica, é, sem duvida, o desenvolvimento da imigração européa [...]”.

Mais uma forma de se observar como era explícita a situação de quem poderia usufruir da política migratória e quem ficaria excluída dela, o trecho abaixo destacado consegue evidenciar essa principal característica do decreto:

“Art. 1º E’ inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.”

Decreto nº528/1890, art. 1º. Publicação original in <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>, extraída em 01/06/2018.

Abaixo, serão apresentados os artigos 3º e 4º desse mesmo decreto, nele contém as políticas de regulamentação para a inserção do imigrante, entretanto pontuando o que deve ser feito ou como deve ser tratado os indivíduos que são “indígenas da Ásia ou da África” que não podem gozar dos mesmos Direitos

1 Parte do decreto “1º As familias de agricultores, limitados aos respectivos chefes, ou aos seus ascendentes os individuos maiores de 50 annos; 2º Os varões solteiros maiores de 18 annos e menores de 50, uma vez que sejam trabalhadores agricolas; 3º Os operarios de artes mecanicas ou industriaes, artezãos e os individuos que se destinarem ao serviço domestico, cujas idades se acharem comprehendidas entre os limites do paragrapho precedente. Os individuos enfermos ou com defeitos phisicos, sómente terão passagem gratuita, si pertencerem a alguma familia que tenha pelo menos duas pessoas válidas” (Decreto nº528/1890, art. 5º).

assegurados aos Europeus, a não ser que tenham autorização do Congresso Nacional.

“A policia dos portos da Republica impedirá o desembarque de taes individuos, bem como dos mendigos e indigentes.

Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia.”

Decreto nº528/1890, art. 3º e 4º. Publicação original in <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>, extraída em 01/06/2018.

Como pode ser observado no trecho acima, o decreto estabelecia restrições à entrada de indivíduos classificados como “indígenas da Ásia, ou da África”, determinando que a polícia dos portos impedisse seu desembarque, assim como o de mendigos e indigentes. A regulamentação também previa penalidades aos comandantes das embarcações que transportavam os indivíduos incluídos nessas restrições, mediante aplicação de multa e, em caso de reincidência, perda dos privilégios de que gozassem.

Posteriormente, a restrição à entrada de asiáticos foi modificada pela Lei nº 97, de 5 de outubro de 1892, que permitiu a entrada de imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa, enquanto os africanos não foram contemplados pela nova legislação. Essas medidas evidenciam as distinções raciais e de nacionalidade presentes nas políticas migratórias brasileiras no período. João Júlio Monteiro chegou ao Brasil em 1921, portando documentação e passaporte. Embora fosse um homem negro nascido em Cabo Verde, sua entrada ocorreu quando o arquipélago ainda se encontrava sob domínio colonial português, sendo João Júlio identificado juridicamente como português. Essa condição permite considerar a nacionalidade portuguesa como um elemento importante para compreender sua inserção no Brasil, apesar de sua origem africana. Cabo Verde conquistaria sua independência somente em 1975, dois anos após o falecimento de João Júlio no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, foram discutidas, no presente trabalho, algumas possíveis causas e motivações que contribuíram para as migrações cabo-verdianas. Entretanto, também foi possível observar, por meio do Decreto citado, as restrições impostas pelo Brasil à entrada de africanos, inseridas em um contexto marcado por políticas de branqueamento e por ideais de modernização associados à Belle Époque. Ainda assim, alguns africanos puderam chegar ao país identificados pela nacionalidade de suas metrópoles, como foi possível observar na trajetória de João Júlio. Sua história, embora individual, permite refletir sobre as experiências de outros homens negros migrantes que compartilharam aspirações e enfrentaram circunstâncias relacionadas tanto ao cenário de sua terra natal quanto à nova sociedade na qual buscaram se inserir.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Elisa Silva. **As ilhas de Cabo Verde: da «descoberta» à independência nacional (1460-1975)**, Paris: L'Harmattan, 1996. p. 145-203.
- APPADURAI, Arjun. **Après le Colonialisme: Les Conséquences Culturelles de la globalisation**. (Translation of *Modernity At Large*) Paris: Payot, 2005.
- BAGANHA, Maria Ioannis B. (1993), "Interesses colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração (1776-1927)", in *Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX*, coord. Miriam Halpern Pereira, *et al.*, Algés: Fragmentos.
- BERTHET, Marina. **Emigração cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe (1940-1970): uma apropriação do tempo e dos espaços**. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- BORGES, Lopes Margarida. **Panorama histórico, político e social de Cabo Verde**, in: *Crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de porto novo – Cabo Verde e suas estratégias de sobrevivência*. PUC/RJ – 2007. p. 15-31.
- BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. *Coleção de Leis do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, fasc. VI, p. 1424, 1890. Disponível em: Câmara dos Deputados, Legislação Informatizada. Acesso em: 20 Ago. 2026
- BRECKENRIDGE, Keith. **Love letters and amanuenses: Beginning the cultural history of the working class private sphere in southern Africa, 1900-1933**. In: *Journal of Southern African Studies*, 26 (2), 2000, p. 337-348.
- BREDELOUP, Sylvie. **L'aventurier, une figure de la migration africaine, Cahiers internationaux de sociologie**. vol. CXXV n°2, 2008. p. 281-306.
- CANUT, Cécile e MAZAURIC, Catherine. **La migration prise aux mots**. Mise en récits et en images des migrations transafricaines. éd. par Cécile Canut et Catherine Mazauric. Pari : Le Cavalier bleu, [s./d.], pp. 91- 110.
- CARLING, Jorgen. **Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences**. In: *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 28(1), 2002, pp. 5-42.
- CARREIRA, António. **Migrações nas Ilhas de Cabo Verde**. Instituto Caboverdeano do livro. 1983, 2º ed.
- CARREIRA, António. **Cabo Verde (aspectos sociais. Secas e fomes no século XX)**. Biblioteca Ulmeiro, nº 9. 2º ed.
- CARREIRA, António. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)**, Praia: Instituto de Promoção Cultural, 2000.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279

CIDRA, Rui. (2002). **'Pa ba buska bida'. Funaná, transnationalism and the places of experience**. In: E. S. f. Ethnomusicology (Ed.), European Society for Ethnomusicology. Lisboa, Reitoria da FCSH-UNL, 2007. CISSÉ.

DIMINESCU, D. **Le migrant connecté: pour un manifeste épistémologique**. in: Migrations Société. 2005, p. 275-292.

ERDAL, B., Marta e EZZATI, Rojan. **Beyond the insider-outsider divide in migration research**. In: Oxford Journals, Social Sciences, Migration Studies, Vol. 2, Issue 1, [s./d.], pp. 36-54.

FERNANDES, Gabriel. **Os caminhos da assimilação e do esquecimento seletivo**, in: A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial.

LEITE, Joaquim da Costa (1999), **"O Brasil e a emigração portuguesa: 1855-1914"**, in Fazer a América: a imigração em massa para a América, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo.

KUSHNIR, Beatriz. **Traços da imigração portuguesa no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p. 89-102.

MADEIRA, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. **Revista Científica Vozes dos Vales**. UFVJM, MG. Nº06 - Ano III, 10/2014. p. 12 3.

MAIA, Fernanda Paula Sousa. **A emigração para o Brasil no discurso parlamentar oitocentista**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p. 51-68.

MARTINS, Ismênia de Lima. **Relações e registros sobre a imigração Portuguesa no Rio de Janeiro: uma análise crítica das fontes**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p. 69-88.

MENEZES, Lená Medeiros. **A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números às trajetórias de vida**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p. 103-120.

MINVIELLE, Régis. **Africains et Afro-descendants à Buenos Aires: un cosmopolitisme noir en quête d'affirmation**, in: Politique Africaine. Colômbia, Medellin. 2014/4, nº 136. p. 61-81.

NASCIMENTO, Augusto. **O sul da diáspora. Cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique**. Praia: Edição da Presidência da República de Cabo Verde, 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern. **A emigração Portuguesa para o Brasil e a Geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p.41-50.

PEREIRA, Miriam Halpern. **Liberdade e contenção na emigração portuguesa: 1850-1930**, in Emigração e Imigração nos séculos XIX-XX, coord. Miriam Halpern Pereira, et al., Algés: Fragmentos. 1993.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **O imigrante e a imigração portuguesa no acervo da Justiça Federal do Rio de Janeiro (1890-1930)**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p.121-142.

RODET, Marie; REINPRECHT, Christoph. Editorial: Mémoires et migrations en Afrique de l'Ouest et en France. **Revue Européenne des Migrations Internationales**, v. 29, n. 1, p. 7-22, 2013. Disponível em: Revue Européenne des Migrations Internationales. Acesso em: 23 set. 2017.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. **Ilusões do Contrato? Migrações sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos nas roças de São Tomé e Príncipe**. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS do Museu Nacional, 2016.

SILVA, Brasilina Assunção Pereira. **Cartas de chamada: a emigração para o Brasil no concelho de Sernancelhe (1900-1920)**. in: A emigração portuguesa para o Brasil. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade / Edições Afrontamento. 2007. p. 305-310.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia de Lima; MATOS, Maria Izilda Santos de (org.). **Nas duas margens: os portugueses no Brasil**. Porto: Edições Afrontamento; CEPESE, 2009.